



# **PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTECÇÃO CIVIL DE CASCAIS**

 **CASCAIS**

JUNHO de 2013

## Índice

ÍNDICE.....	2
ÍNDICE DE TABELAS.....	4
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	5
ÍNDICE DE FIGURAS.....	6
ÍNDICE DE MAPAS.....	6
<b>PARTE I – ENQUADRAMENTO GERAL DO PLANO .....</b>	<b>9</b>
1. INTRODUÇÃO.....	9
2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO.....	9
3. OBJETIVOS GERAIS.....	11
4. ENQUADRAMENTO LEGAL.....	12
5. ANTECEDENTES DO PROCESSO DE PLANEAMENTO.....	12
6. ARTICULAÇÃO COM INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO.....	13
7. ATIVAÇÃO DO PLANO.....	14
7.1 <i>Competência para a ativação do plano</i> .....	14
7.2 <i>Critérios para a ativação do plano</i> .....	14
8. PROGRAMA DE EXERCÍCIOS.....	15
<b>PARTE II – ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA.....</b>	<b>16</b>
1. CONCEITO DE ATUAÇÃO.....	16
1.1 <i>Generalidades</i> .....	16
1.2 <i>Diretor do Plano</i> .....	16
1.3 <i>Comissão Municipal de Protecção Civil</i> .....	16
1.3.1 <i>Estrutura de Direção e Controle</i> .....	17
1.3.2 <i>Estrutura de Coordenação Operativa</i> .....	17
1.4 <i>Instrumento de Comando, Controlo e Comunicações</i> .....	20
1.5 <i>Zonas de Intervenção</i> .....	20
2. EXECUÇÃO DO PLANO.....	20
2.1 <i>Organização em Fases</i> .....	20
3. ARTICULAÇÃO E ATUAÇÃO DE AGENTES, ORGANISMOS E ENTIDADES DE APOIO.....	22
3.1 <i>Missão dos Agentes de Protecção Civil</i> .....	22
3.2 <i>Missão dos Organismos e Entidades de Apoio</i> .....	29
3.3 <i>Missão das unidades orgânicas da CMC e empresas municipais</i> .....	38
<b>PARTE III – ÁREAS DE INTERVENÇÃO .....</b>	<b>46</b>
1. ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA.....	49
2. APOIO ÀS POPULAÇÕES.....	58
3. GESTÃO DA INFORMAÇÃO.....	60
4. OPERAÇÕES.....	62
5. SAÚDE.....	65
6. SERVIÇOS TÉCNICOS.....	69
7. PROTOCOLOS.....	72
<b>PARTE IV - INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR .....</b>	<b>73</b>
SECÇÃO I.....	73
1. ORGANIZAÇÃO GERAL DA PROTECÇÃO CIVIL.....	73
1.1 <i>Estrutura da protecção civil</i> .....	73
1.2 <i>Estrutura das operações</i> .....	74

2.	MECANISMOS DA ESTRUTURA DE PROTECÇÃO CIVIL .....	75
2.1	<i>Composição, convocação e competências da Comissão Municipal de Protecção Civil de Cascais</i> .....	75
2.1.1	Composição da CMPC.....	75
2.1.2	Convocação da CMPC .....	77
2.1.3	Competências da CMPC.....	77
2.2	<i>Critérios e âmbito para a declaração de Situação de Alerta</i> .....	77
2.3	<i>Sistema de monitorização, alerta e aviso</i> .....	79
	SECÇÃO II .....	81
1.	CARATERIZAÇÃO GERAL.....	81
2.	CARATERIZAÇÃO FÍSICA .....	84
2.1	<i>Geologia e geomorfologia</i> .....	84
2.1.1	Hipsometria .....	84
2.2	<i>Clima</i> .....	85
2.3	<i>Sismicidade</i> .....	88
2.4	<i>Recursos hídricos</i> .....	88
3.	CARATERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA .....	89
4.	CARATERIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS .....	93
4.1	<i>Rede rodoviária e ferroviária</i> .....	93
4.2	<i>Telecomunicações</i> .....	93
4.3	<i>Eletricidade</i> .....	94
4.4	<i>Abastecimento de água</i> .....	95
4.5	<i>Instalações e equipamentos de protecção civil, bombeiros e de outros APC</i> .....	96
4.6	<i>Património</i> .....	103
4.7	<i>Instalações marítimas e aeroportuárias</i> .....	108
5.	CARATERIZAÇÃO DO RISCO.....	109
5.1	<i>Análise de risco</i> .....	109
5.2	<i>Riscos naturais</i> .....	118
5.2.1	Risco associado a nevoeiros.....	118
5.2.2	Risco associado a ondas de calor .....	120
5.2.3	Risco associado a ondas de frio .....	120
5.2.4	Risco associado a secas.....	120
5.2.5	Risco associado a situações de temporal (ventos fortes) .....	120
5.2.6	Risco associado a cheias e inundações .....	121
5.2.7	Risco associado a inundações e galgamentos costeiros .....	123
5.2.8	Risco associado a inundação por Tsunami.....	125
5.2.9	Risco associado a sismos.....	127
5.2.10	Risco associado a movimentos de massa em vertentes (desabamentos, deslizamentos e outros) .....	128
5.2.11	Risco associado a erosão costeira: recuo e instabilidade de arribas.....	130
5.3	<i>Riscos tecnológicos</i> .....	131
5.3.1	Risco associado a acidentes rodoviários, ferroviários e aéreos .....	131
5.3.2	Risco associado a acidentes no transporte terrestre de mercadorias perigosas .....	136
5.3.3	Risco associado a acidentes com transporte marítimo de produtos perigosos.....	138
5.3.4	Risco associado ao colapso de túneis, pontes e outras infraestruturas .....	140
5.3.5	Risco associado a cheias e inundações por rutura de barragens.....	141
5.3.6	Risco associado ao colapso de galerias e cavidades de minas .....	144
5.3.7	Risco associado a acidentes em áreas e parques industriais .....	146
5.3.8	Risco associado à degradação e contaminação dos solos com substâncias NBQ.....	147
5.3.9	Risco associado a acidentes em instalações de combustíveis, óleos e lubrificantes .....	150
5.3.10	Risco associado a acidentes em estabelecimentos de fabrico e de armazenagem de produtos explosivos .....	151
5.3.11	Risco associado a acidentes em estabelecimentos de atividades sujeitas a licença ambiental.....	153

5.3.12	Risco associado a incêndios e colapsos em centros históricos e em edifícios com elevada concentração populacional.....	154
5.3.13	Risco associado a emergências radiológicas.....	156
5.4	<i>Riscos Mistos</i> .....	157
5.4.1	Risco associado a incêndios florestais.....	157
5.5	<i>Análise da Vulnerabilidade</i> .....	158
5.6	<i>Estratégias para a mitigação de riscos</i> .....	160
6.	CENÁRIOS.....	165
6.1	<i>Situações de temporal (ventos fortes)</i> .....	166
6.2	<i>Acidentes em estabelecimentos de fabrico e de armazenagem de produtos explosivos e em áreas e parques industriais</i> .....	171
6.3	<i>Incêndio Florestal</i> .....	175
7.	CARTOGRAFIA.....	179
	SECÇÃO III.....	207
1.	INVENTÁRIO DE MEIOS E RECURSOS.....	207
2.	LISTA DE CONTACTOS.....	212
3.	MODELOS DE RELATÓRIOS E REQUISIÇÕES.....	215
3.1	<i>Modelo de Relatório</i> .....	215
3.2	<i>Modelo de Requisição</i> .....	217
4.	MODELOS DE COMUNICADOS.....	219
4.1	<i>Comunicação à População do Concelho de Cascais</i> .....	219
4.2	<i>Declaração da Situação de Alerta de âmbito municipal</i> .....	220
5.	LISTA DE ATUALIZAÇÕES DO PLANO.....	223
6.	LISTA DE REGISTO DE EXERCÍCIOS DO PLANO.....	224
7.	LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DO PLANO.....	225
8.	LEGISLAÇÃO.....	227
9.	BIBLIOGRAFIA.....	228
10.	SIGLAS E ACRÓNIMOS.....	229
11.	GLOSSÁRIO.....	232

## Índice de Tabelas

<i>Tabela 1 - Tipificação dos Riscos</i> .....	11
<i>Tabela 2 – Critérios de ativação do PMEPC</i> .....	15
<i>Tabela 3 – Áreas de Intervenção e a sua composição</i> .....	19
<i>Tabela 4 - Missão dos Agentes de Protecção Civil</i> .....	29
<i>Tabela 5 - Missões dos Organismos e Entidades de Apoio</i> .....	37
<i>Tabela 6 - Missão das unidades orgânicas da CMC e empresas municipais</i> .....	45
<i>Tabela 7 - Áreas de Intervenção</i> .....	48
<i>Tabela 8 - Área de Intervenção da Administração e Logística</i> .....	49
<i>Tabela 9 - Indicativos de Rádio dos Agentes de Protecção Civil e outras Entidades</i> .....	56
<i>Tabela 10 - Indicativos de Rádio do Serviço Municipal de Protecção Civil</i> .....	56
<i>Tabela 11 - Indicativos de Rádio dos Técnicos do Serviço Municipal de Protecção Civil</i> .....	57
<i>Tabela 12 - Indicativos de Rádio dos veículos do Serviço Municipal de Protecção Civil</i> .....	57
<i>Tabela 13 - Indicativos de Rádio dos concelhos limítrofes</i> .....	57
<i>Tabela 14 - Área de Intervenção da Apoio às Populações</i> .....	58
<i>Tabela 15 - Área de Intervenção da Gestão da Informação</i> .....	60

<i>Tabela 16- Área de Intervenção das Operações</i> .....	62
<i>Tabela 17 - Área de Intervenção da Saúde</i> .....	65
<i>Tabela 18 - Área de Intervenção dos Serviços Técnicos</i> .....	69
<i>Tabela 19 – Sistemas de monitorização de alerta e aviso</i> .....	80
<i>Tabela 20- Nomenclatura das Classes de Ocupação do Solo adotadas (Agência Cascais Natura, Maio 2011)</i> 83	
<i>Tabela 21- Evolução da população residente em Cascais entre 1991 e 2011 (CENSOS 1991, 2001 e 2011)....</i>	89
<i>Tabela 22 – População residente e densidade populacional por freguesias em Cascais (CENSOS 2011).....</i>	90
<i>Tabela 23 - Evolução da População do Concelho de Cascais e Freguesias (INE - CENSOS 1970, 81, 91, 01 e 2011; CMC DSSD - Informação Estatística) .....</i>	90
<i>Tabela 24 – Evolução do Número de Alojamentos no Concelho de Cascais - 1981 a 2011 (INE, CENSOS 81, 91, 01 e 2011; CMC DSSD - Informação Estatística).....</i>	91
<i>Tabela 25 - N.º de Estabelecimentos Hoteleiros e Capacidade de Alojamento em camas (INE- Estatísticas de Turismo, 1997 a 2011; CMC DSSD - Informação Estatística).....</i>	91
<i>Tabela 26 - Reservatórios de água em Cascais (Águas de Cascais, S.A., e CMC/DPT/DPIE - 2011).....</i>	95
<i>Tabela 27 - Rede de cuidados diferenciados</i> .....	99
<i>Tabela 28 - Rede de cuidados primários</i> .....	99
<i>Tabela 29- Rede de respostas não hospitalares</i> .....	103
<i>Tabela 30 – Imóveis de interesse arquitetónico no Concelho de Cascais (PDM de Cascais, Maio de 2011)...</i>	105
<i>Tabela 31 – Imóveis de interesse público arqueológico em Cascais (PDM de Cascais, Maio de 2011) .....</i>	107
<i>Tabela 32 - Tipologia de riscos para efeitos de análise</i> .....	111
<i>Tabela 33 – Graus de risco</i> .....	112
<i>Tabela 34 – Número de habitantes residentes afetados, por risco e nível de suscetibilidade</i> .....	114
<i>Tabela 35- Número de edifícios afetados, por risco e nível de suscetibilidade</i> .....	116
<i>Tabela 36 - Áreas de conservação da natureza afetadas (em ha), por risco e nível de suscetibilidade.....</i>	118
<i>Tabela 37 – Percentis médios de área do território face ao concelho em termos de classe PDSI, desde 2004</i> .....	120
<i>Tabela 38 - Estratégias para a mitigação de riscos</i> .....	165
<i>Tabela 39 - Meios Operacionais da Câmara Municipal de Cascais</i> .....	207
<i>Tabela 40 - Meios Operacionais do Corpos de Bombeiros existentes no Município de Cascais</i> .....	209
<i>Tabela 41 - Meios Operacionais das Empresas Municipais</i> .....	209
<i>Tabela 42 - Empresas de construção civil e obras públicas</i> .....	210
<i>Tabela 43 - Lista com as equipas de especialistas em operações de socorro e salvamento</i> .....	210
<i>Tabela 44 - Lista de peritos individuais em determinadas Áreas de Intervenção</i> .....	211
<i>Tabela 45 - Fontes de água</i> .....	211
<i>Gráfico 1- Temperatura média do Ar</i> .....	86
<i>Gráfico 2- Precipitação (Médias Mensais e Máximas Diárias)</i> .....	86
<i>Gráfico 3- Caraterização do Regime de Ventos (Direções mais Frequentes)</i> .....	87
<i>Gráfico 4 - Caraterização do Regime de Ventos (Velocidade km/h)</i> .....	87
<i>Gráfico 5 – Gráfico Humidade Relativa do Ar (%), Cascais (IPMA)</i> .....	87
<i>Gráfico 6 - Evolução das Pirâmides de Idades de 1970 a 2011 (INE, CENSOS 1970, 1981, 1991, 2001 e 2011 e CMC DPGU- Divisão de Estatística) .....</i>	90
<i>Gráfico 7 - Número de empresas no Concelho de Cascais por CAE (INE, Fevereiro 2013) .....</i>	92

Gráfico 8 – Evol. da Pop. Residente Empregada por Setor de Atividade Económica (INE – CENSOS 1991 e 2011).....	92
--	----

## Índice de Figuras

Figura 1 – Representação da Comissão Municipal de Protecção Civil .....	18
Figura 2 – Organização Operacional.....	54
Figura 3 - Organização das comunicações .....	55
Figura 4 - Estrutura da protecção civil municipal.....	74
Figura 5 - Localização da Barragem do Rio da Mula e da albufeira face à Estrada da Serra e ao limite do concelho (traço a verde).....	141
Figura 6 – Cenário de situações de temporal (ventos fortes) (1/3).....	168
Figura 7 – Cenário de situações de temporal (ventos fortes) (2/3).....	169
Figura 8 – Cenário de situações de temporal (ventos fortes) (3/3).....	170
Figura 9 – Cenário de acidentes em estabelecimentos de fabrico e de armazenagem de produtos explosivos e em áreas e parques industriais (1/2).....	173
Figura 10 – Cenário de acidentes em estabelecimentos de fabrico e de armazenagem de produtos explosivos e em áreas e parques industriais (2/2).....	174
Figura 11 – Cenário de Incêndio Florestal (1/3) .....	176
Figura 12 – Cenário de Incêndio Florestal (2/3) .....	177
Figura 13 – Cenário de Incêndio Florestal (3/3) .....	178

## Índice de Gráficos

### Índice de Mapas

Mapa 1 - Zonas de Concentração e Apoio à População.....	65
Mapa 2- Localização dos cemitérios.....	68
Mapa 3 - Contexto regional do Concelho de Cascais – Área Metropolitana de Lisboa (Fonte: PDM de Cascais) .....	81
Mapa 4 - Freguesias do Concelho de Cascais.....	82
Mapa 5 - Núcleos urbanos de valor patrimonial no Concelho de Cascais.....	83
Mapa 6 – Geologia simplificada do Concelho de Cascais (Plano Estratégico de Cascais Face às Alterações Climáticas - Setor Zonas Costeiras) .....	84
Mapa 7 - Mapa hipsométrico do Concelho de Cascais.....	85
Mapa 8 – Recursos hídricos (PDM de Cascais, Maio 2011).....	89
Mapa 9 - Classificação da rede rodoviária/ferroviária por nível hierárquico (ETAC – fevereiro 2011).....	93
Mapa 10 - Antenas de telecomunicações móveis (PDM de Cascais, Maio 2011) .....	94
Mapa 11 – Rede de Distribuição Elétrica (PDM de Cascais, Maio 2011) .....	94
Mapa 12 - Rede de abastecimento de águas de Cascais (PDM Cascais, Maio 2011) .....	96
Mapa 13 - Património arquitetónico nas freguesias de Cascais e do Estoril (PDM Cascais, 2011).....	105
Mapa 14 – Patr. arquitetónico nas freguesias de S.D. de Rana, Parede e Carcavelos (PDM Cascais, Maio de 2011).....	106
Mapa 15 – Património arquitetónico na freguesia de Alcabideche (PDM Cascais, Maio 2011).....	106

<i>Mapa 16 – Património arqueológico nas freguesias de Cascais e do Estoril (PDM Cascais, Maio 2011) .....</i>	<i>107</i>
<i>Mapa 17 – Património arqueológico nas freguesias de S.D. Rana, Parede e Carcavelos (PDM Cascais, Maio 2011).....</i>	<i>108</i>
<i>Mapa 18 – Património arqueológico na freguesia de Alcabideche (PDM Cascais, Maio 2011) .....</i>	<i>108</i>
<i>Mapa 19 - Marina de Cascais, Capitania do Porto e Aeródromo .....</i>	<i>109</i>
<i>Mapa 20 - Carta de suscetibilidade de nevoeiros.....</i>	<i>119</i>
<i>Mapa 21 - Carta de risco de nevoeiros.....</i>	<i>119</i>
<i>Mapa 22 - Carta de suscetibilidade de cheias e inundações .....</i>	<i>122</i>
<i>Mapa 23 - Carta de risco de cheias e inundações .....</i>	<i>122</i>
<i>Mapa 24 - Carta de suscetibilidade de inundações e galgamentos costeiros.....</i>	<i>124</i>
<i>Mapa 25 - Carta de risco de inundações e galgamentos costeiros .....</i>	<i>124</i>
<i>Mapa 26 - Carta de suscetibilidade de inundação por Tsunami .....</i>	<i>126</i>
<i>Mapa 27 - Carta de risco de inundação por Tsunami.....</i>	<i>126</i>
<i>Mapa 28 - Carta de suscetibilidade de sismos .....</i>	<i>127</i>
<i>Mapa 29 - Carta de risco de sismos.....</i>	<i>128</i>
<i>Mapa 30 - Carta de suscetibilidade de movimentos de massa em vertentes .....</i>	<i>129</i>
<i>Mapa 31 - Carta de risco de movimentos de massa em vertentes .....</i>	<i>129</i>
<i>Mapa 32 - Carta de suscetibilidade de erosão costeira: recuo e instabilidade de arribas.....</i>	<i>130</i>
<i>Mapa 33 - Carta de risco de erosão costeira: recuo e instabilidade de arribas .....</i>	<i>131</i>
<i>Mapa 34 - Carta de suscetibilidade de acidentes rodoviários.....</i>	<i>132</i>
<i>Mapa 35 - Carta de risco de acidentes rodoviários .....</i>	<i>132</i>
<i>Mapa 36 - Carta de suscetibilidade de acidentes ferroviários .....</i>	<i>133</i>
<i>Mapa 37 - Carta de risco de acidentes ferroviários.....</i>	<i>134</i>
<i>Mapa 38 - Carta de suscetibilidade de acidentes aéreos.....</i>	<i>135</i>
<i>Mapa 39 - Carta de risco de acidentes aéreos .....</i>	<i>135</i>
<i>Mapa 40 - Carta de suscetibilidade de acidentes no transporte terrestre de mercadorias perigosas.....</i>	<i>137</i>
<i>Mapa 41 - Carta de risco de acidentes no transporte terrestre de mercadorias perigosas.....</i>	<i>137</i>
<i>Mapa 42 - Carta de suscetibilidade de acidentes com transporte marítimo de produtos perigosos.....</i>	<i>139</i>
<i>Mapa 43 - Carta de risco de acidentes com transporte marítimo de produtos perigosos.....</i>	<i>139</i>
<i>Mapa 44 - Carta de suscetibilidade de colapso de túneis, pontes e outras infraestruturas .....</i>	<i>140</i>
<i>Mapa 45 - Carta de risco de colapso de túneis, pontes e outras infraestruturas.....</i>	<i>141</i>
<i>Mapa 46- Localização da Barragem do Rio da Mula .....</i>	<i>142</i>
<i>Mapa 47 – Carta de suscetibilidade de cheias e inundações por rutura de barragens.....</i>	<i>143</i>
<i>Mapa 48 – Carta de risco de cheias e inundações por rutura de barragens.....</i>	<i>144</i>
<i>Mapa 49 - Carta de suscetibilidade de colapso de galerias e cavidades de minas .....</i>	<i>145</i>
<i>Mapa 50 - Carta de risco de colapso de galerias e cavidades de minas .....</i>	<i>145</i>
<i>Mapa 51 – Carta de suscetibilidade de acidentes em áreas e parques industriais.....</i>	<i>146</i>
<i>Mapa 52 – Carta de risco de acidentes em áreas e parques industriais .....</i>	<i>147</i>
<i>Mapa 53 – Carta de suscetibilidade de degradação e contaminação dos solos com substâncias NBQ.....</i>	<i>149</i>
<i>Mapa 54 – Carta de risco de degradação e contaminação dos solos com substâncias NBQ .....</i>	<i>149</i>
<i>Mapa 55 – Carta de suscetibilidade de acidentes em instalações de combustíveis, óleos e lubrificantes.....</i>	<i>150</i>
<i>Mapa 56 – Carta de risco de acidentes em instalações de combustíveis, óleos e lubrificantes.....</i>	<i>151</i>
<i>Mapa 57 – Carta de suscetibilidade de acidentes em estabelecimentos de fabrico e de armazenagem de produtos explosivos.....</i>	<i>152</i>

*Mapa 58 – Carta de risco de acidentes em estabelecimentos de fabrico e de armazenagem de produtos explosivos ..... 152*

*Mapa 59 – Carta de suscetibilidade de acidentes em estabelecimentos de atividades sujeitas a licença ambiental..... 153*

*Mapa 60 – Carta de risco de acidentes em estabelecimentos de atividades sujeitas a licença ambiental .... 154*

*Mapa 61 – Carta de suscetibilidade de incêndios e colapsos em centros históricos e em edifícios com elevada concentração populacional ..... 155*

*Mapa 62 – Carta de risco de incêndios e colapsos em centros históricos e em edifícios com elevada concentração populacional ..... 155*

*Mapa 63 – Carta de suscetibilidade de emergências radiológicas ..... 156*

*Mapa 64 – Carta de risco de emergências radiológicas..... 157*

*Mapa 66 – Carta de perigosidade de incêndios florestais (PMDFCI 2013 - 2017) ..... 158*

*Mapa 67 - Carta com os elementos estratégicos, vitais e/ou sensíveis ..... 159*

*Mapa 68 - Carta com os elementos indiferenciados ..... 160*

# Parte I – Enquadramento Geral do Plano

---

## 1. Introdução

O Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Cascais, adiante designado por PMEPC, é um plano geral que descreve a atuação do Sistema Municipal de Protecção Civil, relativamente às responsabilidades, organização e conceito de operações, em caso de resposta a uma emergência ou na sua iminência na área do Município de Cascais.

O PMEPC é elaborado com vista a definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de protecção civil no Concelho de Cascais.

Como premissa básica deste Plano, refira-se que sendo da competência e da responsabilidade da Câmara Municipal de Cascais (CMC) a gestão política e social do concelho em condições de normalidade, também em situação de crise e de exceção essas competências e responsabilidades se mantêm.

Apresenta-se portanto neste documento o modo como o Sistema Municipal de Protecção Civil mobiliza e coordena os seus recursos de forma a gerir uma situação de emergência.

O Diretor do PMEPC é o Presidente da Câmara Municipal, tendo como substituto para este efeito o Vereador do pelouro de protecção civil, com competências delegadas na matéria.

Neste contexto, os responsáveis dos serviços da Câmara Municipal, dos Agentes de Protecção Civil e de outros organismos e entidades de apoio, deverão conhecer e compreender tudo quanto este documento estabelece, nomeadamente no que diz respeito à situação, à missão, ao conceito de atuação e às atribuições de cada um, não só durante as fases de emergência e de reabilitação, mas muito particularmente nas fases de prevenção e preparação, cruciais ao eficaz desempenho operacional.

Deste modo, pretende-se que cada interveniente, face ao acionamento do PMEPC, tenha presente sem subsistência de dúvidas, as funções que lhe competem e as expetativas geradas quanto ao seu desempenho.

No âmbito deste Plano, os responsáveis dos serviços da Câmara Municipal de Cascais, dos Agentes de Protecção Civil e de Organismos e Entidades de Apoio, deverão, ainda, informar o Serviço Municipal de Protecção Civil, aqui designado por SMPC, sempre que ocorra qualquer alteração que contribua para melhorar a eficácia do PMEPC ou que ponha em causa a sua execução conforme planeado.

O PMEPC entra em vigor no primeiro dia útil seguinte ao da publicação em Diário da República da respetiva deliberação de aprovação.

## 2. Âmbito de aplicação

O PMEPC é de âmbito territorial municipal, abrangendo a totalidade do Concelho de Cascais com uma superfície de cerca de 97,4 km<sup>2</sup>, constituído por seis freguesias: Alcabideche, Carcavelos, Cascais, Estoril, Parede e São Domingos de Rana, com uma população de 206.479 habitantes.

A população distribui-se por 81.911 famílias clássicas (conjuntos de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco entre si) e cerca de 43.624 edifícios, a que correspondem 108.840 alojamentos familiares clássicos.

O Concelho de Cascais encontra-se delimitado pelos Concelhos de Sintra e Oeiras, a Norte e Este, respetivamente, e nos restantes quadrantes pelo Oceano Atlântico.

Foi realizada a análise de risco a que o município se encontra sujeito. Apresenta-se na tabela seguinte o resultado final dos tipos de riscos considerados.

<b>Grupo</b>	<b>Designação</b>
<b>Riscos naturais</b>	Nevoeiros
	Ondas de calor
	Ondas de frio
	Secas
	Situações de Temporal (ventos fortes)
	Cheias e inundações
	Inundações e galgamentos costeiros
	Inundação por Tsunami
	Sismos
	Movimentos de massa em vertentes (desabamentos, deslizamentos e outros)
	Erosão costeira: recuo e instabilidade de arribas
	Colapso de cavidades subterrâneas naturais
<b>Riscos tecnológicos</b>	Acidentes rodoviários
	Acidentes ferroviários
	Acidentes marítimos
	Acidentes aéreos
	Acidentes no transporte terrestre de mercadorias perigosas
	Acidente com transporte marítimo de produtos perigosos
	Colapso de túneis, pontes e outras infraestruturas
	Cheias e inundações por rutura de barragens
	Colapso de galerias e cavidades de minas
	Acidentes em áreas e parques industriais
	Degradação e contaminação dos solos com substâncias NBQ
	Acidentes em instalações de combustíveis, óleos e lubrificantes
	Acidentes em estabelecimentos de fabrico e de armazenagem de produtos explosivos
	Acidentes em estabelecimentos de atividades sujeitas a licença ambiental
	Incêndios e colapsos em centros históricos e em edifícios com elevada concentração populacional (inclui explosões e incêndios em hotéis)

Grupo	Designação
	Poluição atmosférica grave com partículas e gases
	Emergências radiológicas
<b>Riscos mistos</b>	Incêndios florestais

*Tabela 1 - Tipificação dos Riscos*

O sistema de gestão de emergência é uma estrutura abrangente, levado a cabo pelo setor público e privado para fazer face às consequências e danos derivados dos fatores de risco, de origem natural, tecnológica ou misto que atravessa todo o ciclo das catástrofes.

Apesar de alguns componentes dessa estrutura serem gerais, destacam-se os seguintes domínios que caracterizam a gestão de emergência.

**Prevenção:** adoção das medidas de mitigação dos efeitos dos riscos, através de ações de informação, sensibilização e formação das populações, medidas de ordenamento e gestão do território, regulamentação e incentivos jurídicos e económicos em matéria de segurança;

**Preparação:** adequação das medidas, tomadas previamente, para assegurar que as comunidades, grupos e indivíduos estejam prontos a reagir, tais como planos de emergência, protocolos de ajuda mútua, inventários de recursos, treinos e exercícios e sistemas de comunicações de emergência;

**Emergência:** tomada imediata de medidas após o desastre, por um período limitado, direcionadas primariamente para salvar vidas, tratar das vítimas e prevenir situações recorrentes que possam aumentar os danos e perdas. Inclui a ativação do PMEPC, convocação da CMPC e acionamento do Centro de Coordenação Operacional Municipal (CCOM). Esta fase envolve a mobilização de meios e recursos, estabelecimento de avisos, alertas e diretivas, prestação de auxílios e, se necessário, pode também incluir a declaração de Situação de Alerta de âmbito municipal;

**Reabilitação:** adoção de medidas para a reposição da normalidade da vida das pessoas em áreas afetadas por acidente grave ou catástrofe. Esta fase começa ainda dentro das operações de resposta, logo que as atividades críticas de resposta o permitam e seja possível assegurar os recursos para iniciar as ações de recuperação. Estas medidas poderão estender-se por alguns anos, podendo e devendo incluir ações de restauro, reconstrução, programas de assistência financeira, apoio social e psicológico, alojamento temporário ou assistência técnico-financeira para realojamento, programas de saúde e segurança e estudos de impacto económico, social e ambiental.

### 3. Objetivos gerais

O presente plano tem como principais objetivos:

- ✓ Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
- ✓ Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de protecção civil;
- ✓ Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver;

- ✓ Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;
- ✓ Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe;
- ✓ Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível as condições mínimas de normalidade;
- ✓ Assegurar a criação de condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências justifique a ativação do PMEPC;
- ✓ Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;
- ✓ Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de autoproteção e a colaboração na estrutura de resposta à emergência.

#### 4. Enquadramento legal

Apresenta-se de seguida a legislação geral que sustenta a elaboração do PMEPC.

##### Legislação geral

- ✓ Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro – Transfere competências dos governos civis e dos governadores civis para outras entidades da Administração Pública em matéria de reserva de competência legislativa da Assembleia da República;
- ✓ Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro – Transfere as competências dos governos civis, no âmbito da competência legislativa do Governo, para outras entidades da Administração Pública, estabelece as regras e os procedimentos atinentes à liquidação do património dos governos civis e à definição do regime legal aplicável aos seus funcionários, até à sua extinção;
- ✓ Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro – Enquadramento institucional da protecção civil no âmbito municipal, organização dos serviços municipais de protecção civil e competências do comandante operacional municipal;
- ✓ Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho – Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro, republicado no Decreto-Lei n.º 972/2013 de 31 de maio;
- ✓ Lei n.º 27/2006, de 3 de julho – Lei de Bases da Protecção Civil – com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro;
- ✓ Resolução n.º 25/2008 da CNPC de 18 de julho de 2008- Diretiva que fixa os critérios e as normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de protecção civil;
- ✓ Despacho n.º 16338/2012, Regulamento de Organização dos Serviços Municipais (ROSM) aprovado em Assembleia Municipal de Cascais, em 29 de novembro de 2012, e publicado em DR n.º 247, Série II, de 21 de dezembro.

#### 5. Antecedentes do processo de planeamento

A primeira versão do Plano Municipal de Emergência foi aprovada em 09 de janeiro de 2002, tendo sido elaborada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 426/89, de 6 de dezembro.

Este Plano ainda na fase de aprovação foi ativado, preventivamente, em resposta à ocorrência de um incêndio florestal entre a Malveira da Serra e a Quinta da Marinha, a 09 de Agosto de 2000.

No âmbito municipal e promovidos pelo SMPC de Cascais têm sido realizados exercícios envolvendo os Agentes de Protecção Civil, as entidades com dever especial de cooperação e outros organismos. Estes exercícios, ainda que não testando globalmente o plano tem permitido treinar os procedimentos e melhorar o desempenho de todos os intervenientes.

O presente plano recebeu parecer favorável pela CMPC em 03 de julho de 2013 e foi sujeito a consulta pública das suas componentes não reservadas, pelo prazo de 30 dias, com início a 19 de julho de 2013.

## 6. Articulação com instrumentos de planeamento e ordenamento do território

O PMEPC recorreu aos seguintes documentos e instrumentos de planeamento e ordenamento do território, sendo a sua utilização descrita em pormenor no plano:

- ✓ O Sistema de Informação Geográfica (SIG) do Município de Cascais, com informação relevante de ordenamento do território do concelho;
- ✓ O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) de Cascais (2013-2017);
- ✓ O Plano Diretor Municipal (PDM) de Cascais, na sua versão anterior (aprovado pela Assembleia Municipal em 1996, tendo sido ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 96/97, de 19 de junho), encontrando-se atualmente em revisão;
- ✓ O Plano Especial de Emergência de Protecção Civil para o Risco Sísmico na Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes (PEERS-AML-CL), aprovado e publicado pela Autoridade Nacional de Protecção Civil, em 26/10/2009 e revisto em 26/10/2011;
- ✓ Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) da Área Metropolitana de Lisboa, com versão em vigor aprovada na reunião do Conselho de Ministros de 7 de fevereiro de 2002 e publicada em DR, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2002, de 8 de abril; recorreu-se ainda à versão para discussão pública no que respeita à Área Setorial Riscos e Protecção Civil (deliberação do Governo para alterar o PROT AML na Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2008, de 5 de junho);
- ✓ Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) de Sintra – Sado, aprovado e publicado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 86/2003, de 25 de junho;
- ✓ Plano Setorial da Rede Natura 2000, aprovado e publicado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho;
- ✓ Plano Estratégico de Cascais face às Alterações Climáticas (2009).

Na análise de riscos, descrita na secção II da parte IV, teve-se em atenção os riscos identificados nos diferentes instrumentos de planeamento e ordenamento do território vigentes para a área territorial concelhia. A cartografia de riscos elaborada no âmbito do PMEPC encontra-se em formato digital, constituindo a base de dados geográfica do plano, organizada em Sistema de Informação Geográfica (SIG). Desta forma, a informação georreferenciada sobre riscos pode ser utilizada para efeitos de planeamento territorial (nomeadamente o PDM de Cascais) e de planeamento na área da protecção civil.

## 7. Ativação do plano

### 7.1 Competência para a ativação do plano

De acordo com a legislação em vigor, em caso de iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, o PMEPC é ativado pela Comissão Municipal de Protecção Civil (CMPC).

Na impossibilidade da reunião atempada da totalidade dos seus membros, o PMEPC pode ser ativado excecionalmente com a composição reduzida dos membros da Comissão. Neste caso e logo que possível, a CMPC em plenário sancionará esta decisão.

A ativação do PMEPC é comunicada ao Comando Distrital de Operações de Socorro de Lisboa (CDOS) pela via mais rápida (redes telefónicas fixas e móveis e ainda via rádio), sem prejuízo da sua confirmação através de Relatório Imediato (RELIM), do qual conste o tipo de ocorrência, as áreas envolvidas, as consequências previsíveis, a duração e circunstâncias do fenómeno, bem como outros dados julgados convenientes para a eventual tomada de decisões a nível distrital.

A publicitação à população quanto à situação de emergência e à ativação do PMEPC é desencadeada através da utilização dos seguintes meios:

- ✓ Na página de Internet do município;
- ✓ Envio de mensagens SMS, de acordo com a lista de contactos existente na base de dados de meios e recursos do SMPC;
- ✓ Informação à agência de notícias LUSA;
- ✓ Radiodifusão de comunicados e outra informação oficial através de rádios nacionais (TSF-89.5 e Antena 1-95.7), rádios locais (Rádio de Cascais-105.4 e Rádio Marginal 98.1) e TV's nacionais (canais generalistas em sinal aberto);
- ✓ Avisos sonoros e instruções difundidos pelos altifalantes dos veículos dos Agentes de Protecção Civil e outras entidades com dispositivos adequados;
- ✓ Pessoalmente através dos membros ou outros colaboradores identificados das Juntas de Freguesia;
- ✓ Sirenes localizadas nos quartéis dos corpos de bombeiros.

A publicitação da desativação do PMEPC é feita mediante comunicação escrita ao CDOS, e publicitada na página de Internet do município.

### 7.2 Critérios para a ativação do plano

O PMEPC é ativado na iminência ou ocorrência de um acidente grave ou catástrofe do qual se prevejam danos elevados para as populações, bens ou ambiente.

O PMEPC quando ativado implica a preparação e ativação das medidas e planos de contingência dos Agentes de Protecção Civil, entidades e serviços exigindo o empenho dos meios e recursos e uma inerente gestão de esforços indispensáveis para fazer face à emergência.

Apresenta-se na tabela seguinte alguns critérios que poderão servir de referência para ativação deste Plano.

Impacto	Descrição
<b>População</b>	Número elevado de feridos e de hospitalizações. Número elevado de retirada de pessoas por um período superior a 24 horas. Vítimas mortais. Eventual necessidade de recursos externos exigidos para suporte ao pessoal de apoio. Danos significativos que poderão exigir recursos externos.
<b>Ambiente</b>	Alguns impactes com efeitos a longo prazo.
<b>Socio-economia</b>	Funcionamento parcial da comunidade com alguns serviços indisponíveis. Perda significativa e assistência financeira necessária.

*Tabela 2 – Critérios de ativação do PMEPC<sup>1</sup>*

Este plano pode ainda ser ativado por outros critérios definidos pela CMPC, face à gravidade do acidente grave ou catástrofe em questão.

## 8. Programa de exercícios

De modo a testar a operacionalidade do PMEPC, manter a prontidão e assegurar a eficiência dos Agentes de Protecção Civil e garantir a manutenção da eficácia do plano e das organizações intervenientes, serão realizados exercícios com periodicidade bienal. Os exercícios poderão envolver o teste à totalidade ou apenas a parte do plano e ser alternadamente do tipo CPX (exercício de posto de comando) ou LIVEX (exercício à escala real), podendo ser precedidos por um exercício do tipo TTX (exercício de decisão). Sem prejuízo da periodicidade referida anteriormente, será realizado um exercício no prazo máximo de 180 dias após a aprovação deste Plano.

<sup>1</sup> Tabela adaptada do «Guia para a Caracterização de Risco no âmbito da Elaboração de Planos de Emergência de Protecção Civil», publicado pela ANPC, cujo grau de gravidade seja classificado de ACENTUADO.